

Recortes de leitura de *Ética e pós-verdade*

DANIEL AMORIM GOMES

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto.
Professor do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: danielg@unipam.edu.br



“Trouver d’abord. Chercher après”.
Jean Cocteau

O livro *Ética e pós-verdade*, publicação de 2017, constitui um mosaico composto por cinco artigos escritos por intelectuais oriundos de diversas áreas do saber. Seus autores transitam por áreas como filosofia, psicanálise e literatura. Os textos, dois deles, dedicados estritamente à reflexão acerca da literatura em tempos de pós-verdade não serão debatidos nas linhas a seguir, em virtude da pouca familiaridade do autor com o objeto “literatura”.

Antes de mais, vale destacar a boa ocasião de se colocar em circulação um livro como o que passaremos a comentar, uma vez que a Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, elegeu a expressão “pós-verdade” (*post-truth*) como a expressão do ano de 2016.

Pois bem, na primeira reflexão compilada no livro, o psicanalista Christian Dunker, no texto “Subjetividade em tempos de pós-verdade”, reconstitui a jornada filosófica e cultural que transformou, no presente, a verdade em apenas mais uma participante do jogo, sem privilégios ou prerrogativas. A expressão, cujo surgimento remonta à década de 1990, só recebera seu batismo oficial com a eleição da Oxford. Para o psicanalista, no entanto, a pós-verdade veio efetivamente à tona no início da segunda década do presente século, especificamente em 2011, com a “verdade” das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque; com as mentiras técnicas praticadas por presidentes e agências de Estado como a “guerra cirúrgica”, a “corrupção dentro da lei” e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral.

De lá para cá, conforme Dunker, tudo se passa como se o “politicamente correto”, o “relativismo cultural” e a “mistura estética” “tivessem gerado uma espécie de reação nos termos [...] de um retorno aos valores orgânicos e suas pequenas comunidades de consenso” (Dunker, 2017, p. 12). Para o psicanalista, o traço

maior da subjetividade em tempos de pós-verdade será a aptidão para a “inversão sem transformação”, ou, por outras palavras, da aptidão pela “oposição sem contradição”.

Nesse contexto, Dunker atesta, em consonância com a própria definição de pós-verdade oferecida pela Oxford Dictionaries, o esvaziamento da postura crítica. A formação de atitudes antes chamadas de críticas, baseada no cultivo produtivo da incerteza, na hipótese cruzada de que o outro pode estar a nos enganar, bem como nós mesmos podemos estar nos enganando, transforma-se no ambiente discursivo da pós-verdade, a partir de “circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (Dunker, 2017, p. 23)¹.

Também como no artigo que analisaremos na sequência, Dunker constata o caráter venal do conhecimento na pós-verdade: “a opinião pública compra qualquer coisa, inclusive conhecimento verdadeiro” (idem, p. 23).

A propósito da circulação do discurso e das relações intersubjetivas características da pós-verdade, nosso autor afirma que seu ponto nodal “requer uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência” (idem, p. 28). Para ele, “é cada vez mais difícil escutar o outro, assumir a sua perspectiva, refletir, reposicionar-se e fazer convergir as diferenças” (idem, p. 28).

A recusa do outro também pode ser notada na lógica de reconhecimento vigente na pós-verdade. Ganhando visibilidade e reconhecimento, “nossos modos de pensar e praticar relações entre gêneros, classe, raça, etnia, padrão de consumo ou religião cultivam valores de diversidade e tolerância até o ponto em que estes se invertem em práticas de segregação e violência identitária” (idem, p. 16).

Uma descrição lacônica da situação em que nos encontramos atualmente, com dificuldade para a escuta do outro, sem tempo para fazer convergir as diferenças, costuma salientar que nossa vida está cada vez mais acelerada, icônica e funcionalizada. De acordo com Dunker (2017, p. 29),

a aceleração é um fenômeno da cultura da performance generalizada, derivada do universo da produção e da soberania do resultado. Pós-verdadeiros são os homens e as mulheres para os quais o efeito prático se impõe aos meios, o que equivocadamente se confunde com meritocracia”.

O ódio é um dos afetos mais mobilizados em tempos de pós-verdade, nas redes sociais e também em nossas relações cotidianas, não virtuais (sobretudo quando somos “forçados” à convivência no espaço público, note-se o exemplo da elevação do nosso grau de agressividade quando nos encontramos no trânsito!).

¹ O trecho final da citação compõe a definição de pós-verdade que pode ser lida em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>.

Muito importante na economia de nossa separação com relação ao outro, na pós-verdade, entretanto, surge uma nova onda de ódio informe, ódio sem causa, que perdeu sua eficácia separadora. Este é um ódio que, “em vez de marcar um afastamento e garantir que queremos mesmo “nos livrar” daquela pessoa, funciona como um apelo: ‘pelo amor de deus, alguém note que estou aqui, sofrendo no deserto!’” (Dunker, 2017, p. 35). É um ódio baseado na pressuposição de que ninguém nos escuta, ninguém está interessado em nossas razões, “ninguém quer saber”. E “assim como sentimos que o outro nada quer saber de nós, nós nos pomos a nada saber do outro, mas nós o fazemos ‘ostensivamente’, ou seja, de modo ‘pirotécnico’, meio exagerado, para todo mundo ver e perceber o nosso ataque de cólera” (idem, p. 34).

Na cultura do ódio e da indiferença, que é marca da pós-verdade, os indivíduos buscarão proteção via identificação nas redes sociais: para criar algum sentimento de pertencimento, é preciso participar de um grupo e, para isso, é necessário responder de forma homogênea. No entanto, “os grupos horizontais, definidos pela partilha de um traço comum, rapidamente foram substituídos por grupos de guerra, muito fáceis de constituir, baseados no ódio contra um inimigo comum” (Dunker, 2017, p. 35). É um fato que salta à vista nessa nova cultura, observa Dunker (idem, p. 35),

é que nossas respostas não são exatamente concentradas no que o outro diz, mas no ambiente, no contexto, no que se ajusta bem à paisagem. É a inclinação a fechar o sentido cedo demais, a compreender o outro rápido demais, a nos alienarmos em sua imagem e assim nos fecharmos para sua palavra.

A lógica atual de agrupamento nas redes sociais apresenta uma novidade significativa. Anteriormente, quando alguém tinha uma crença fora do esquadro, sentia-se acuado e desenvolvia formas de se conter, agora ele encontra “parceiros” para tudo na internet, inclusive para o pior. E em grupo, sabemos, ficamos valentes. Sobretudo em grupos que, em geral, reúnem pessoas com perfil semelhante (partilham gostos e opiniões similares). A liberação da censura, para Dunker, depende fundamentalmente disso. Ele então se pergunta sobre quando aparecem as piadas ofensivas (a um povo ou a grupos minoritários). Lembrando Freud, nosso autor afirma que elas ocorrem quando temos certo tipo de “paróquia” que no fundo já pensa tudo aquilo individualmente, mas que quando se junta, é levado a suspender a censura. E dali a pouco vão se juntar apenas para isto: suspender a censura. Essa teria se tornado a forma oficial de diversão na pós-verdade: suspender a censura. Quanto mais disso, melhor, até o ponto em que, em vez de falar e escutar, o ato de cruzar a censura resume o encontro. Eis que entra a ideia de que em grupo quem fala mais “alto” (no sentido de mais escrachado e chulo) e mais baixo (no sentido de intimidador e desleal), leva (ou, no jargão da internet, “lacrava”).

O saldo que se pode depreender de tais agrupamentos é que neles criam-se pessoas que só podem falar para emitir certezas e, conseqüentemente, dá-se a guerra aberta de opiniões. Como o que liga essas pessoas “são as ideias de dividir para perseguir e de perseguir para dividir, a solução prevista é a do choque de massas vocais, que não estão dispostas à escuta, mas sim à dominação” (Dunker, 2017, p. 36). Em suma, tal disposição de grupo redundando no seguinte: “para os de dentro eu não preciso escutar, porque sei o que eles vão dizer, e, para os de fora, escutar é desnecessário, porque, afinal, eu já sei quem eles são” (idem, p. 36).

No Texto de Marcia Tiburi, intitulado “Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja”, que ora passa a ser objeto de nosso comentário, a filósofa enuncia a pós-verdade como um regime de verdade no qual “importam ideias e conceitos a funcionar como prótese cognitiva” (Tiburi *in* Dunker, 2017, pp. 100-101). Em tal regime, as ideias são úteis, boas, bonitas e baratas como qualquer mercadoria; a crítica tornou-se uma veleidade particular sem função social, e as pessoas, cada vez mais, assumem imaginários impessoais produzidos industrialmente.

No emaranhado contemporâneo formado em torno do prefixo “pós” (temos o pós-racial, pós-feminista, pós-sexual, pós-capitalista), o uso do termo pós-verdade surge aos olhos da filósofa como algo que, “pelo menos por um tempo, pode nos levar a olhar de perto a nossa perdição” (Tiburi, *in* Dunker, 2017, p. 104). E essa perdição é observada pela autora sob diversos ângulos.

O primeiro deles diz respeito à mudança na condição do sujeito, que é hoje muito mais o “assujeitado” a uma ordem. “O sujeito trabalha para ela, ele põe o seu discurso em pé, ele organiza a prática como funcionário modelo da ordem” (Tiburi, *in* Dunker, 2017, p. 106). Isso leva a filósofa a erguer a hipótese de que a subjetividade, esvaziada nos dias que correm, só permitiria aos indivíduos sustentarem as suas singularidades como performance.

O segundo aspecto de nossa perdição assinala novamente o caráter mercantilizado que as ideias assumem na pós-verdade: “trata-se de falar de uma verdade útil. Da verdade consumível e consumida. A verdade possível quando a forma mercadoria dita que ela mesma é a verdade” (Tiburi, *in* Dunker, 2017, p. 107). A possibilidade “de uma verdade em caixa alta, capaz de nos explicar o desconhecido, não vem mais ao caso. Contentamo-nos com pouco. E esse pouco é a pós-verdade. A verdade que cola, a que vemos circular, a que podemos produzir publicitariamente, a que alimenta a mídia” (idem, p. 107). “O que se pode tornar mercadoria”, assevera a autora, “tem lugar nesse mundo, caso contrário, nem sequer existe” (idem, p. 107).

A desvalorização da verdade tem como correlato, para Tiburi, a valorização da informação. Na filosofia, desde os textos platônicos, a verdade é objeto de desejo e de disputa. E o diálogo era o método dessa busca. Mas, conforme a nossa autora, “já não temos tempo para isso” (Tiburi *in* Dunker, 2017, p. 109). Aderimos aos muitos discursos prontos disponíveis. E no rol dos discursos prontos está o discurso fascista: “aquele que parte do princípio da negação do outro e alcança a

valorização de si por meio da diminuição do outro” (idem, p. 116). Esse discurso consiste em

um padrão verbal marcado por clichês, um conjunto sistemático de ideias prontas e pré-conceitos, e é, ao mesmo tempo, uma espécie de argumento cênico, útil ao audiovisual e à cena verbal, por meio da qual se pode adquirir capital imagético na sociedade do espetáculo (Tiburi *in* Dunker, 2017, p. 116).

A subjetividade autoritária, característica do fascista, se expressa como violência. A violência é o caráter do discurso que ele emite. Essa violência é fruto de um pensamento esvaziado de autorreflexividade, esvaziado de sentimentos elaborados e pleno de emoções brutas, tais como o medo e o ódio. O esvaziamento da subjetividade nos tempos da pós-verdade dá ao sujeito fascista uma profunda sensação de inexistência (equivalente ao “sofrimento no deserto” observado por Dunker),

o que o obriga a precisar aparecer para apresentar a prova de seu existir, algo que ele consegue por meio da penalização do outro ou por meio do seu reconhecimento deturpado, aquele que se conquista com a fama, mesmo que ela não passe de alguns *likes* no Facebook (Tiburi, 2017, p. 117).

Em suma, o discurso assentado na lógica da negação do outro transforma o fascista em um “narcisista sem espelho” (Tiburi *in* Dunker, 2017, p. 118), isto é, a falta de abertura ao outro faz com que o fascista não enxergue a si próprio.

Em ambos os textos comentados até aqui (e como se verá, a noção aparecerá também com destaque no artigo de Vladimir Safatle), reluz a discussão acerca das formas de vida forjadas no contexto da pós-verdade. A pergunta que se impõe é: de que existência, de que formas de vida estamos tratando aqui?

Não pretendemos dar conta de toda a complexidade que envolve o fenômeno da pós-verdade, nem mesmo, obviamente, reduzir a totalidade das formas de vida geradas na pós-verdade ao caso que reportaremos a seguir. O que faremos é analisar brevemente uma situação relativa à formação de novos sujeitos políticos vitaminados no amplo contexto descrito nas linhas precedentes de maneira a ventilar argumentos para a seguinte questão: por quais motivos um significativo número de jovens adere à campanha de Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência da república nas eleições de 2018?

Em pesquisa realizada pelo Instituto *Datafolha*², nos dias 6 e 7 de junho do

² A pesquisa pode ser conferida através do link: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/22/08fa14d3cef22ac80a3dcb2427ecda84ivc.pdf>

ano de 2018, com o fito de captar a intenção de voto para presidente da república, o militar reformado Jair Bolsonaro aparece como o primeiro colocado em um cenário em que é excluído o nome do ex-presidente Lula da corrida eleitoral. Esses números garantiriam o sufrágio de aproximadamente 20 milhões de eleitores para o ex-capitão do exército. Algumas características desses eleitores são levantadas pela pesquisa. Elas referem-se à faixa etária, à renda, ao gênero e à escolaridade dos entrevistados. E os dados colhidos revelam que Bolsonaro lidera com folga entre os homens, alcançando 26 pontos percentuais ante 12 pontos conseguidos por Marina Silva e Ciro Gomes, empatados, nesse quesito, na segunda colocação. Em levantamento realizado pelo Ibope, os números mostram que a candidata pela Rede, Marina Silva, lidera a intenção de voto entre as mulheres, atingindo 15 pontos percentuais contra 10 pontos do candidato pelo PSL, isto é, entre os que declaram pretensão de votar em Bolsonaro, há aproximadamente duas vezes mais homens do que mulheres³.

O *Datafolha* mostra também que Jair Bolsonaro se destaca entre os eleitores com curso superior, alcançando 25 pontos percentuais contra 12 de Marina Silva, segunda colocada. Mas é nas camadas mais ricas do eleitorado que a preferência pelo nome do ex-capitão do exército dispara: entre quem tem renda entre 5 e 10 salários, a distância de Bolsonaro (29%) para Marina (11%) e Ciro (17%) é ampliada. Já entre os mais ricos, com renda superior a 10 salários, ele alcança (34%), percentual próximo da soma dos índices de quatro dos seus adversários mais próximos: Marina (3%), Ciro (14%), Geraldo Alckmin (10%) e Álvaro Dias (9%). Entre os mais pobres, na faixa de renda familiar de até 2 salários por mês, Bolsonaro aparece com 13 pontos percentuais, ante 17 pontos de Marina, 9 de Ciro e 6 de Alckmin. Na faixa de renda de 2 a 5 salários, Bolsonaro sobe para 23 pontos, já à frente de Marina, com 13, Ciro, com 9 e Alckmin, com 8 pontos.

No que concerne à faixa etária, o índice de Jair Bolsonaro também fica acima da média entre os mais jovens (17% na faixa de 16 a 24 anos e 17% entre quem tem de 24 a 35 anos). A mesma pesquisa ainda captou a rejeição dos eleitores aos candidatos, e o ex-capitão do exército é rejeitado em alguns segmentos em que consegue intenção de voto mais alta, como entre os mais jovens (44% dos que têm de 16 a 24 anos não votariam nele de jeito nenhum), na fatia dos mais escolarizados (40%) e na faixa de renda de 5 a 10 salários de renda familiar (37%). Ou seja, nesses segmentos, há uma acentuada polarização em torno do nome do candidato do PSL. Constatadas as substantivas rejeição e adesão à candidatura de Bolsonaro, voltemos nossas atenções para a segunda delas.

Os números revelados pelas pesquisas indicam que aproximadamente vinte milhões de pessoas manifestam a intenção de votar em Jair Bolsonaro e que 60% desses vinte milhões têm menos de 34 anos. Além disso, estudos mostram que

³ Uma reflexão acerca da intenção de voto de Jair Bolsonaro entre as mulheres pode ser lida em artigo de José Roberto de Toledo, disponível no link a seguir: <https://piaui.folha.uol.com.br/mulheres-no-caminho-de-bolsonaro/>.

os eleitores brasileiros com acesso frequente à internet representam 68% do total de eleitores. Entre os que expressam preferência por Bolsonaro, entretanto, a situação é bastante diferente, já que 90% de seus eleitores têm acesso à rede⁴. E na internet o protagonismo do candidato é indubitável: sua página no *Facebook* possui 4,7 milhões de seguidores, enquanto Marina Silva, sua adversária mais próxima na corrida eleitoral, tem 2,3 milhões. Por que, então, esses jovens, com acesso à informação, resolveram depositar o seu voto em um candidato dono de inexpressivos sete mandatos legislativos?

Um dado bastante interessante mostra que muitos desses jovens enxergam na candidatura de Jair Bolsonaro a coagulação de uma forte oposição ao sistema estabelecido. Pesquisadores⁵ argumentam que eles e elas nutrem profundo desprezo a “tudo o que está aí”. Ora, se a rebeldia antissistêmica persiste entre os jovens, qual é, pois, a novidade? A novidade é que os jovens veem no conservadorismo e no candidato *uma forma de protestar contra o sistema*.

A esquerda e suas pautas e valores – mais direitos sociais, respeito aos direitos humanos, acolhimento dos imigrantes e dos refugiados e respeito às diferenças por meio das artes e das letras – passam a ser vistos como parte do sistema pelo qual os jovens nutrem ojeriza (vale observar aqui, por exemplo, que um jovem de 16 anos que revela a intenção de votar em Bolsonaro teve todas as suas experiências políticas no interior de governos petistas de centro-esquerda, marcados por experimentos como a criação do Prouni, o qual levou a um aumento significativo no número de vagas no ensino superior, e também por sucessivos escândalos de corrupção que culminaram em 2016 no impeachment da presidente Dilma Rousseff, à época com um altíssimo índice de rejeição pelos brasileiros). Aí eles se rebelam também contra essa pauta, e pautas conservadoras passam a ser vistas como possuindo ares transgressores. Assim, há mais rebeldia no antifeminismo do que no feminismo, no desprezo pelos direitos humanos do que na defesa deles.

Some-se a isso a repaginada que o conservadorismo deu a si mesmo, associando-se a metaleiros, *gamers*, ganhando terreno na internet e contrapondo-se ao politicamente correto. Um bom exemplo pode ser visto em Pedro D’Eyrot, um dos integrantes do Bonde do Rolê, banda com a qual Caetano Veloso gravou a música *Babydoll de nylon (Baby don’t deny it)*, que, segundo a sua própria expressão, faz o estilo “direita transante”. Enfim, o conservadorismo apresenta-se robusto na batalha estética travada nos dias atuais, conquistando para si um número cada vez maior de adeptos.

Em suma, diante da crise política pela qual passa o Brasil (setenta por cento da população avalia o governo do atual presidente, Michel Temer, como ruim ou

⁴ Números exibidos no artigo “Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens?”, de Leandro Machado, disponível no seguinte link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>.

⁵ Inúmeros escritos na internet, de pesquisadores como Pablo Ortellado e Moysés Pinto Neto, abordam o tema do caráter antissistêmico da candidatura de Jair Bolsonaro.

péssimo)⁶, milhões de brasileiros, entre eles inúmeros jovens, acreditam encontrar em Bolsonaro um líder que quer e pode colocar as coisas em ordem, mesmo que na base do tiro. O diagnóstico de Dunker, para quem a pós-verdade “retorna à figura arcaica do pai-chefe administrador eficiente como forma de desviar-se da política” (Dunker, 2017, p. 40), parece-nos adequado ao caso.

Talvez, com efeito, seja racional parar de argumentar. O texto de Safatle, nomeado com a afirmativa “É racional parar de argumentar”, começa com a paradoxal assertiva de que a organização dos nossos conflitos a partir da expectativa de diálogo produz niilismo e violência. Para o filósofo, devemos assumir que há uma violência implícita no diálogo.

Para explicar o paradoxal argumento, Safatle recorre ao filósofo francês Jacques Derrida, para quem nada há de mais violento do que quando alguém diz “posso ouvir suas considerações, posso levar em conta o que você tem a dizer, mas desde que você fale a minha língua” (Derrida *apud* Safatle *in* Dunker 2017, p. 127). Esta “minha língua” significa que para dialogar é necessário pressupor uma gramática comum. Mais do que isso, é necessário pressupor que todos os conflitos e todas as posições conflitantes farão sempre referência à mesma gramática comum.

Para Safatle, porém, o problema reside precisamente nesse ponto:

E se boa parte dos nossos conflitos visasse exatamente a mostrar que não há gramática comum no interior da vida social? Se eles nos mostrassem que, quando nos digladiamos a respeito do que significa ‘liberdade’, ‘justiça’, não temos uma gramática comum na qual nos apoiarmos, pois estamos ligados, pois somos legatários de experiências históricas muito distintas? (Safatle, *in* Dunker 2017, p. 128.)

Não podemos, conforme a perspectiva do filósofo uspiiano, acorrer ao uso ordinário da linguagem ou ao senso comum a fim de construirmos um acordo, por exemplo, sobre o que devemos entender por “liberdade”, já que, desde sempre, valores como esse foram conflituais, foram pontos de sedimentação de dissenso e conflitos.

E se não podemos fazer recurso à linguagem cotidiana ou mesmo ao senso comum, a pergunta que desafia a linguagem e, ao mesmo tempo, o modo como orientamos nossas ações, é: o que significa decidir no terreno onde as significações se tornam obscuras, onde os pressupostos não podem mais ser imediatamente legíveis a partir daquilo que aprendemos a ler? Devemos limitar a fala a lances e valores elementares sobre os quais possamos discutir ou transferir nossas decisões ao arbítrio de um soberano (um monarca, talvez) que imponha uma demarcação sobre aquilo que pode ser dito e sobre aquilo que pode ser feito?

⁶ Números disponível no seguinte link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-e-reprovado-por-70-dos-brasileiros-mesmo-com-esforco-por-popularidade.shtml>

As perguntas anteriores aparecem como fundamentais a Safatle porque, para ele, “nossas sociedades não são apenas momentaneamente antagônicas. Não estamos simplesmente divididos e voltaremos a nos unir assim que as paixões arrefecerem. Nossas sociedades são antagônicas, e a divisão é sua verdade” (Safatle *in* Dunker, 2017, p. 133), pois, de acordo com o filósofo, “julgamos a partir da adesão a formas de vida, e o que nos distingue são formas diferentes de vida. Não queremos as mesmas coisas, não temos as mesmas histórias” (idem, p. 133).

Aqui o filósofo debate a seguinte contra-argumentação: mas, ora, devemos basear as nossas sociedades no respeito à diferença. Sendo sociedades antagônicas, devemos neutralizar os combates e construir uma forma de convivência entre as diferenças. Ao que ele indaga: “mas o que fazer quando temos aqueles que defendem a tortura, que exaltam ditaduras militares ou que naturalizam a espoliação social de mulheres? Há que se respeitar essa ‘diferença’?” (Safatle *in* Dunker, 2017, p. 133). É realmente possível acreditar que podemos resolver tais diferenças através do diálogo?

Safatle então lembra que nem todos os modos de circulação da linguagem se resumem ao diálogo e à comunicação. De acordo com ele, a palavra que circula na experiência estética do poema e na experiência analítica da clínica não argumenta nem comunica:

Ela instaura, ela mobiliza novos afetos e desativa antigos, ela reconstrói identificações, em suma, ela persuade com uma persuasão que não se resume à explicitação de argumentos, e isso vale também para os verdadeiros embates políticos. O que nos falta não é diálogo, mas encontrar a palavra nessa sua força instauradora (Safatle *in* Dunker, 2017, p. 133).

Por fim, nosso autor lembra, à maneira nietzschiana, que “verdade” e “falsidade” não são os critérios mais adequados para a avaliação daquilo que tem a força de produzir nosso assentimento ao melhor argumento. O que nos persuade não é exatamente a verdade de uma proposição, mas a “correção de uma forma de vida que ganha corpo quando ajo a partir de certos critérios e admito o valor de certos modos de conduta e julgamento” (Safatle *in* Dunker, 2017, p. 135-136). O critério de persuasão, nesse sentido, está ligado à atribuição de valor a certas formas de vida que têm peso normativo. Ou seja, sem abrir mão de certa normatividade, Safatle defende que o que impulsiona a adesão a certas formas de vida passa, com efeito, pela mobilização das afecções dos indivíduos (como o desejo, o medo, o desamparo).

Concluindo o artigo, Safatle recorda a arquiconhecida frase de Pascal, segundo a qual “o coração conhece razões que a razão desconhece”. E, para concluirmos a nossa apresentação de seu artigo, vale aclarar que o filósofo não é defensor da inviabilização do diálogo na democracia, mas, pelo contrário, é alguém que sabe que alguns diálogos no interior de nossa sociedade só deixarão de ser travados às

surdas se a mobilização, se o despertar de certos afetos nos indivíduos for alcançada. E essa é, para ele, a quem fazemos coro, uma forma possível de ampliação da razão.

Pedimos licença ao leitor para concluir o texto com uma longa citação de Dunker, na qual estão, a nosso ver, condensados os desafios para retomarmos a reflexão sobre a maneira de estabelecermos uma práxis alternativa a esta na qual estamos atualmente encerrados, nestes dias de pós-verdade:

Formas de vida definem-se principalmente pelo desejo, trabalho e linguagem. O primeiro desafio para o século é como empregar a transparência dos saberes disponíveis em escala universal para construir uma nova experiência comum. ‘Viver junto’ não é apenas dividir espaços particulares e ser constrangido por leis universais, mas pertencer a um tempo, que tem uma história e é capaz de inventar um futuro imprevisível. Isso começa pela crítica da moral da sobrevivência e pela suspensão dos estados de segregação. Confinados ao presente e ao seu projeto defensivo de uma vida em estado de ameaça e exceção, a tecnologia torna-se inócua, a disponibilidade do saber é impotente, e a pluralidade cultural torna-se improdutiva. Nosso grande desafio é inventar novas formas de possuir e de pertencer. Nenhum plano de sustentabilidade ou de ocupação, nenhum projeto de vida ou de política podem criar novas experiências transformativas se não traduzirem a vivência de estar junto, em uma experiência real de compartilhamento. Conviver não é suportar ou tolerar o outro, mas pertencer ao mesmo futuro que ele. Viver junto é obrigatório. Ter uma vida em comum, conviver, é contingente. Assim também a singularidade de cada um depende das condições que nos damos para fazer com que trabalho, linguagem e desejo resolvam-se em soluções únicas, mas que sejam também para todos (Dunker, 2017, p. 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dunker, Christian *et al.* *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- Fábio, André Cabette. O que é a ‘pós-verdade’, a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. *Nexo*. 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>>. Acesso em: 4 mai. 2018.
- Tavares, Joelmir. “Temer é reprovado por 70% dos brasileiros, mesmo com esforço de popularidade. *Folha de São Paulo*. 17 abr. 2018”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-e-reprovado-por-70-dos-brasileiros-mesmo-com-esforco-por-popularidade.shtml> Acesso em 5 jul. 2018.
- Machado, Leandro. Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens? *BBC Brasil* 16 nov. 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>. Acesso em 5 jul. 2018.

Toledo, José Roberto de. Mulheres no caminho de Bolsonaro. *Piauí/Folha*. 2 ago. 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/mulheres-no-caminho-de-bolsonaro>. Acesso em 8 ago. 2018.

ARTIGO RECEBIDO EM 02/06/2018; APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM 26/06/2018

RESUMO: Este artigo pretende apresentar três textos contidos no livro *Ética e pós-verdade*. Os textos contribuirão para a discussão sobre a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, entendida também como um “sintoma” do momento de “pós-verdade” vivido atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-verdade. Redes sociais. Formas de vida.

ABSTRACT: This article intends to present three texts included in the book *Ética e pós-verdade*. The texts will help to discuss the role of Jair Bolsonaro as a candidate to the presidency of Brazil, also comprehended as a “symptom” of the “post-truth” moment actually experienced.

KEYWORDS: Post-truth. Social nets. Ways of life.